

MAURA LOPES CANÇADO E O FEMININO, A LOUCURA E A ESCRITA COMO RESISTÊNCIA

Christini Roman de Lima
Doutora em Letras

Pablo Merlo Medeiros
Médico Psiquiatra

Resumo: A escritora Maura Lopes Cançado seria exemplo de uma dupla marginalidade, ou melhor, de um quadro de diferenças que foram e são negadas pela normatização social – ou seja, por ser mulher, por ser divorciada (em meados dos anos 1940-50) e por escrever a partir dos muros de uma instituição manicomial, ela permaneceu e permanece proscrita. Como louca e como mulher, sua voz se configuraria como algo dissonante, mas, sobretudo, ela se caracteriza como uma voz de resistência.

Palavras-chave: Mulher; Loucura; Escrita; Resistência.

Abstract: The writer Maura Lopes Cançado would be an example of a double marginality, or rather, of a framework of differences that were and are denied by social normatization - that is, for being a woman, for being divorced (in the mid-1940s-50s), and for writing from the walls of a mental institution, she remained and remains an outcast. As a madwoman and as a woman, her voice would be configured as something dissonant, but, above all, she is characterized as a voice of resistance.

Keywords: Woman; Crazy; Writing; Resistance.

Maura Lopes Cançado é autora de *Hospício é Deus: Diário I*, publicado no ano de 1965, pela Editora Record, e de *Sofredor do Ver*, coletânea de contos veiculados no Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*. Essas obras apontam para a singularidade tanto de sua escrita, quanto de sua biografia: a institucionalização psiquiátrica da autora. *Hospício é Deus* compõe-se do diário escrito por ela no

período de sua internação no Hospital Gustavo Riedel, no Engenho de Dentro, Zona Norte do Rio de Janeiro.

O artigo aqui desenvolvido volta-se à escrita da autora pensada como local de resistência feminina. A voz e a expressão dessa mulher – desquitada e institucionalizada em hospital psiquiátrico – rompe as barreiras do mutismo e da paralisia impostas aos sujeitos considerados degenerados pelas normas sociais. A potência enunciativa de Maura, nesse sentido, encontrar-se-ia no conjunto que enquadra toda a sua obra: o seu lugar de fala – marginalizado e excluído do cânone; a mensagem que transmite – fundindo subjetivismo e crítica social; e o trabalho formal – expresso por meio de deslocamentos constante das palavras, ou seja, da língua.

A mulher e a escrita ou o feminino em pauta

Heloisa Buarque de Holanda, na introdução à obra *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura* (1994), destaca que nas últimas décadas o pensamento feminista surge e impõe-se como movimento teórico inovador e de forte potencial crítico e político. A identificação de uma “insistente presença da voz feminina” é, segundo a autora, um dos aspectos mais salientes da cultura pós-moderna.

O direito de grupos marginalizados à fala e à representação política e intelectual foi o ponto de partida para o deslocamento de perspectiva, como a proposta por Edward Said, mas que se efetua tanto através dos movimentos feministas, quanto dos anticoloniais, étnicos, homoafetivos ou ecológicos. Trava-se, a partir dos anos 1970, de um debate em torno da alteridade. Filósofos como Foucault, Deleuze, Barthes, Derrida e Kristeva aguçaram as questões sobre a noção de sujeito e sobre as ideias de marginalidade, alteridade e diferença (HOLANDA, 1994, p. 08).

Segundo a autora (1994), há grande aproximação entre a problematização pós-estruturalista em torno dos sistemas de representação e o compromisso dos estudos feministas em torno da exposição crítica do sistema de poder legitimador de certas representações em detrimentos de outras. A distinção se daria na abordagem teórica e metodológica dos estudos feministas que visariam particularizar, especificar e localizar historicamente a questão da mulher – em oposição a qualquer viés essencialista.

Ao se pensar na imprescindibilidade de as mulheres tomarem as rédeas do discurso, reivindicando seu “lugar de fala”, tem-se que levar em consideração os espaços de ausência dessa voz das representações literárias. Segundo Ria Laimare (1994), as mulheres foram/são excluídas ou apresentadas como casos excepcionais das histórias literárias escritas e ensinadas na sociedade ocidental moderna. Tal aspecto demonstra que “em assunto de homem não há espaço para mulheres normais” (LAIMARE, 1994, p. 58).

De acordo com Rita Schmidt (2006), a circulação de ideias e pensamentos femininos foi descreditada dos meios sociais e políticos, aspecto que não se diferencia no campo literário. A literatura feminina era tida como fraca, sentimental, pueril, histérica, despudorada. Essa retórica depreciativa e o esquecimento delegado à autoria de mulheres foi justificado pela cultura letrada ao atribuir-lhes status de “literatura menor” ou irrelevante. Não sendo consideradas importantes, foram excluídas da história da literatura.

Ria Laimare (1994) enfatiza ainda que a legitimação do poder masculino se configura justamente na ideia de ancestralidade patriarcal construída unilateral e ininterruptamente e, aliada a isso, pela suspensão, desqualificação ou isolamento dos indivíduos discrepantes da hegemonia almejada – ou seja, discrepantes em razão de ideias, raça, sexo ou nacionalidade, por exemplo. Assim, por trás desse quadro efetua-se outra negação: a omissão dos jogos de poder e dos conflitos de interesses travados para manutenção e sustentação de elementos hegemônicos que asseguram as oportunidades de expressão, propagação e realização de suas ideias. A partir disso, o discurso da história literária deve ser revisitado, conforme Laimare (1994, p. 67), a partir do “sistema de relações de gênero, cujos códigos subjacentes dizem respeito às estruturas de poder na sociedade”.

As mulheres e a loucura

A autonomia feminina consiste, portanto, em uma luta constante na história das mulheres. Lyn Hunt, em *A Invenção dos Direitos Humanos* (2009), aponta que as ideias de autonomia e igualdades associadas aos direitos humanos só ganharam influência no século XVIII. Essa invenção da “autonomia”, posta em cena no final do

século XVIII, pregava que todos os indivíduos normais eram igualmente capazes de viver juntos em moralidade de autocontrole. Porém, não se imaginava, no contexto dessa formulação, que todos os indivíduos fossem igualmente capazes de autonomia moral. Para tanto, era fundamental “a capacidade de raciocínio e a independência de decidir por si mesmo” (HUNT, 2009, p. 26) e, nesse sentido, excluía-se as crianças e os insanos.

Além desses grupos, os criados, os escravos, os sem propriedades e as mulheres não tinham “a independência de status requerida para serem plenamente autônomos” (HUNT, 2009, p. 26). No entanto, apenas as mulheres eram inerentemente dependentes de seus pais ou maridos – uma vez que aos demais abria-se possibilidades de autonomia ao crescerem, ao abandonar o serviço, ao adquirir propriedade ou ao comprar a liberdade.

Segundo Magali Engel (2009), a imagem difundida no século XIX que associava o feminino à natureza e o masculino à cultura buscava justificar a exclusão das mulheres ao acesso à cidadania. A negação de autonomia à mulher pautava-se, portanto, na diferença entre os sexos. As descobertas da medicina e da biologia ratificaram cientificamente esta dicotomia destacando, de um lado, características essencialmente masculinas voltadas à razão, ao cérebro e à inteligência e, de outro lado, os atributos femininos relacionavam-se ao coração, à sensibilidade e aos sentimentos.

A construção dessa imagem feminina qualificou a mulher como naturalmente frágil, sedutora, submissa, entre outras peculiaridades. As mulheres que não se adequassem a tais padrões, eram reputadas como seres antinaturais. Porém, a autora destaca (ENGEL, 2009, p. 332) que “qualidades negativas – como a perfídia e a amoralidade – eram também entendidos como atributos naturais da mulher, o que conduzia a uma visão profundamente ambígua do ser feminino”.

A mulher, como sujeito ambíguo, deveria ser submetida a um conjunto de medidas e normas rígidas que certificassem o papel social a ela atribuído: de esposa e de mãe. Os comportamentos considerados desviantes, nesse sentido – principalmente aqueles inscritos no âmbito da sexualidade e da afetividade – eram considerados paradoxalmente condizentes e alheios à natureza feminina. Nesse sentido, a loucura

associa-se – para alguns estudiosos – à natureza e à sexualidade da mulher. O corpo feminino era lugar por excelência da loucura:

[N]o organismo da mulher, na sua fisiologia específica estariam inscritas as predisposições à doença mental. A menstruação, a gravidez e o parto seriam, portanto, os aspectos essencialmente priorizados na definição e no diagnóstico das moléstias mentais que afetavam mais frequentemente ou de modo específico as mulheres (ENGEL, 2009, p. 334).

O Complexo de Édipo e a mulher como o masculino imperfeito

O desenvolvimento da psicanálise também pautou e pauta a mulher e sua subjetividade a partir de um ângulo em negativo. As considerações teóricas psicanalíticas sobre o campo do psiquismo feminino, desde sua gênese, configuram-se contraditórias – podendo-se dizer até frágeis. Elas, ao longo do tempo, não apenas deixam um rastro de incompletude, como refletem uma série de postulados preconceituosos que compreendem inscrições moralizadoras dos períodos em que se instituem. Termos como “defeito anatômico”, “falha”, “incompletude”, “perda”, “desvantagem” ou “inveja” são comumente atrelados aos processos de desenvolvimento mental da mulher.

Sigmund Freud (ainda durante os estudos acadêmicos) acercou-se das “doenças femininas” no estágio realizado na França com Jean-Martin Charcot. O médico e cientista francês dava aulas em Salpêtrière, maior hospital psiquiátrico para mulheres, e inventariava sintomas, por meio da semiologia; elencava as ocorrências mais importantes ou mais significativas a fim de construir uma teoria sobre a histeria. Didi-Huberman (2015, p. 33) destaca que apenas no ano de 1690 foram três mil mulheres hospitalizadas na instituição francesa em que Charcot atuava: “[t]rês mil indigentes, vadias, mendigas, ‘mulheres caducas’, ‘velhas fiandeiras’, epiléticas, ‘mulheres na infância’, ‘inocentes aleijadas e disformes’, moças incorrigíveis – loucas”.

A teoria freudiana, uma vez lançadas as bases do campo investigativo, alicerçou-se sobre premissas falocêntricas, desenvolvendo uma série de conceitos que demarcam as principais hipóteses sobre o funcionamento mental, sendo o Complexo de Édipo o exemplo mais emblemático. O processo desenvolvido pelo médico austríaco foi crucial para as considerações referentes às demais fases do desenvolvimento humano. A criança, a partir do Complexo de Édipo, conseguiria

significar e “entender” seu relacionamento com os pais, com seus desejos e renúncias e com sua sexualidade. A partir disso, instituiria bases – autônomas – para trilhar um caminho psíquico próprio. Em linhas gerais, o menino, ao desejar a mãe como objeto amoroso, teme profundamente ser castrado pelo pai. A potência desencadeada pela angústia acarretaria a desistência da competição, adiando a eleição do objeto de afeição – a mulher – para o futuro, quando ele ser-lhe-ia exclusivo. O ponto de virada no desejo da criança marcaria, assim, o seguimento do desenvolvimento psicológico e o surgimento do superego, instância psíquica responsável pelos imperativos morais, também chamado de “herdeiro do Complexo de Édipo”.

Na menina, apesar do desenvolvimento ser paralelo, existiriam diferenças significativas (FREUD, 2010). A identificação da dessemelhança, ou seja, o reconhecimento de que não possuía um pênis, faria com que ela se voltasse para o pai, o possuidor do órgão, e menosprezasse a mãe. O Complexo de Édipo, ao contrário do que ocorreria ao menino, iniciar-se-ia nessa fase de desenvolvimento – e não terminaria, como com o garoto. Freud enfatiza que “[d]isso resulta a diferença essencial de que a menina aceita a castração como fato consumado, enquanto o menino teme a possibilidade de consumação” (FREUD, 2011, p.212).

À vista disso, o Complexo de Édipo, em relação à mulher, compreende um retrato em negativo; seria pautado pela falta. Freud (1933, p. 280) frisa que a menina se “sente muito prejudicada, diz com frequência que gostaria de ‘ter algo assim também’ e sucumbe à inveja do pênis, que deixa traços indeléveis em seu desenvolvimento e na formação do caráter, e mesmo em casos favoráveis não é superada sem grande dispêndio psíquico”. O próprio sexo feminino, nesse sentido, seria negado, uma vez que a menina se caracterizaria como um ser castrado, isto é, masculino (ROITH, 1989) – o masculino imperfeito.

Freud, entretanto, não se limita a tais considerações. Ao longo de sua obra, revisita frequentemente sua teoria, percebendo inadequações, especialmente quando essa se distanciava da realidade imediata dos pacientes. Textos como *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade* (1905), *Conferências Introdutórias à Psicanálise* (1917), *A Dissolução do Complexo de Édipo* (1924) e *Sexualidade Feminina* (1931) são recortes voltados ao tema, porém, ele admite que, no conjunto, a “compreensão desses processos de desenvolvimento da menina é insatisfatória, plena de lacunas e pontos

obscuros” (FREUD, 2011, p. 213). O psicanalista austríaco, ainda assim, não se distancia em absoluto da lente sexista.

O Brasil, a psiquiatria e o feminino em pauta

No Brasil, conforme Márcia Moreira Custódio (2017), a constituição da psiquiatria coincide com a construção das representações de comportamento pautadas pela moral e pelos valores burgueses, impostos pela medicina higienista e pela Igreja, os quais consolidam-se a partir da metade do século XIX.

A atividade psiquiátrica, nesse sentido, se estabeleceu para além da prática científica, ou seja, objetivava também ao controle social apoiado nos discursos históricos sociais para construção dos modelos comportamentais femininos:

Configurando-se como lugar de exclusão e de controle físico e moral para pessoas diagnosticadas como doente mental, o hospício no Brasil se constitui em meio a relações de poder e de produção de saberes marcadas pela normatização – dos sujeitos e dos corpos. Portanto, como construção histórica, a loucura classificava o louco sobretudo pelo lugar que este ocupava na sociedade. Portanto, somando-se aos fatores econômicos e raciais, o fator gênero contribuiu para rotular muitas mulheres como loucas ou insanas, lançando-as à margem da esfera social civilizada e racional (CUSTÓDIO, 2017, p. 134, 135).

O manicômio, assim, era um espectro que pairava nas perspectivas das mulheres que se desviassem das normas e injunções sociais. Uma vez internadas, o mutismo era protocolo: o “silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escriturária” (PERROT, 2005, p. 10).

Daniela Arbex, em seu estudo *Holocausto Brasileiro* (2013), busca dar voz e visibilidade às pessoas que passaram pelo Hospital Colônia de Barbacena – hospício da cidade de Barbacena, em Minas Gerais. A pesquisa de Arbex abarca o período de meados da década de 1960. A pesquisadora apresenta (2013, p. 14) a realidade de violência dessa instituição:

Pelo menos 60 mil pessoas morreram entre os muros do Colônia. Tinham sido, a maioria, enfiadas nos vagões de um trem, internadas à força. Quando elas chegaram ao Colônia, suas cabeças foram raspadas, e as roupas, arrancadas. Perderam nome, foram rebatizadas pelos funcionários, começaram e terminaram ali. Cerca de 70% não tinham diagnóstico de doença mental. Eram epiléticos, alcoolistas, homossexuais, prostitutas, gente que se rebelava, gente que se tornara incômoda para alguém

com mais poder. Eram meninas grávidas, violentadas por seus patrões, eram esposas confinadas para que o marido pudesse morar com a amante, eram filhas de fazendeiros que perderam a virgindade antes do casamento.

O estudo de Daniela Arbex corrobora o que Faccinetti (et al, 2008, p. 237) aponta: “a historiografia brasileira tem se esforçado para romper o silêncio que os diagnósticos ajudaram a criar, calando subjetividades e resistências por meio da medicalização dos comportamentos antissociais”. A partir disso, constata-se que a psiquiatria no Brasil, até a Reforma Psiquiátrica, esteve imersa em uma estrutura excludente, controladora, homogeneizadora e punitiva.

Erving Goffman (2001) salienta as estratégias de “mortificação do eu” inerentes ao que denomina “instituições totais”, ou seja, esses locais de fechamento objetivavam isolar, homogeneizar condutas, conter e mudar comportamentos advindos de identidades anteriores ao enclausuramento. Presídios, conventos, orfanatos e hospícios são exemplos de instituições totais. Segundo Goffman (2001), toda instituição tem tendência ao isolamento, entretanto, é o caráter de “fechamento total”, “simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições a saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos” (GOFFMAN, 2001, p. 16), que singulariza essas instituições:

Na década de 1970, Foucault reavaliou intensamente a separação entre normalidade e loucura, mostrando que a normalidade foi tradicionalmente comparada à terra firme: uma ilha, um continente. Já a loucura seria a água intrusa repelida pela terra maciça. A loucura seria então uma figura movente, areia-movediça, esse espaço infinito, essa espuma, forma incerta que parece ser colocada em diferentes recipientes para assumir diferentes formas. Gênero e loucura são moldados de acordo com padrões históricos e culturais específicos. Para ambos, a exigência de conformidade com padrões de gênero e de normalidade. A não conformidade com padrões de gênero muitas vezes recebe o nome de loucura. (LIMA, 2011).

A partir do exposto, destaca-se que gênero e loucura se interligam. O rótulo de insanidade dado às mulheres servira, muitas vezes, para “desqualificar um discurso ou, em última instância, para excluir uma mulher da sociedade” (LIMA, 2011).

E é ao contexto das instituições totais que Maura Lopes Cançado estará vinculada – e cerceada ou reduzida –, uma vez que as internações da autora ocorreram antes da Reforma Psiquiátrica (ou Reforma Manicomial). Cabe salientar que a Reforma Psiquiátrica foi um movimento social constituído por pacientes, familiares e a comunidade, configurando-se no Brasil como um processo oriundo da

redemocratização, em fins da década de 1970, e fundado, principalmente, no questionamento estrutural em relação ao saber e às instituições psiquiátricas tradicionais.

Maura ou a vida anterior ao manicômio

Maura nasceu em 27 de janeiro de 1929, em São Gonçalo do Abaeté, uma fazenda no noroeste de Minas Gerais. Era a nona filha de Affonsina Alvares da Silva, a Dona Santa, e de José Lopes Cançado. A fazenda em que nascera regia-se por uma única lei: “a do revólver”. O pai cercava-se de homens que matavam – com os quais ela crescera –, os jagunços. Seus pais, além disso, descendem de famílias tradicionais do Estado mineiro, possuindo “prestígio financeiro, social e político” na região.

Maura, em criança, teve saúde frágil, demandando grande atenção de seus familiares. Em uma das enfermidades sofridas, a mãe prometera à Virgem Maria vesti-la apenas de azul e branco até os sete anos. Nessa idade, teve o primeiro ataque convulsivo, o qual se repetira aos doze, aos quatorze, após seu casamento – durante a gravidez – e, uma última vez, aos quinze anos de idade, depois da morte do pai.

Maura destaca no início de seu diário que muito cedo crescera em si a ideia de que tudo lhe era devido e, com isso, o egoísmo toma corpo em sua existência. Ela crescera com a ilusão de que o dinheiro a tornava superior – superioridade afirmada em vários momentos de sua narrativa autobiográfica. Aponta também que jamais fora punida por suas faltas durante a infância e que o pai costumava ter consigo “atenções de um namorado” (p. 13). Aos cinco anos aprendeu a ler e conheceu o sexo, designado como feio e proibido. Suas primeiras experiências foram de abuso. A sexualidade, então, associou-se à “prazer e nojo”, náusea e gozo: “o sexo foi despertado em mim com brutalidade” (p. 18).

Tímida, “gostava de ouvir contar histórias” e, em sua brincadeira predileta de “faz de conta”, elegera-se rainha. Tinha imaginação fértil e era considerada pelos demais como caprichosa: “[n]ão creio ter sido uma criança normal, embora não despertasse suspeitas. Encaravam-me como uma menina, mas a verdade é que já era uma candidata aos hospícios onde vim parar” (p. 13).

Passou por vários colégios, não se adaptando a nenhum. Aos doze anos foi expulsa do internato no colégio Sacre-Coeur de Marie; aos quatorze quis ser aviadora, entrou para um aeroclube e casou-se (apenas no religioso, por imposição do pai) com um jovem de dezoito anos, engravidou e, um ano depois, o casamento desfizera-se. O estigma de “mulher divorciada” marcou sua existência:

Mulheres me olhavam pensativas: “Tão nova já com este drama”. Que drama? Me perguntava irritada. Os homens se aproximavam violentos, certos de que eu devia ceder: “Por que não, se já foi casada?” Moças de “boas” famílias me evitavam. Mulheres casadas me acusavam de lhes estar tentando roubar os maridos. Os tais maridos tentavam roubar-me de mim mesma: avançavam. Eu tinha medo (p. 23).

Maura, aos dezesseis anos, entra novamente para um aeroclube, ganha de sua mãe um avião, quebrado, mais tarde, por um amigo. A vida de “mulher separada” tornou-se uma mácula difícil de carregar, fator que impediu seu retorno aos estudos institucionalizados, que a expulsava das pensões, levando-a a morar em hotéis, a pedir abrigo aos amigos, entre outros aspectos discriminatórios.

Por volta dos vinte anos, em abril de 1949, ingressa por conta própria na Casa de Saúde Santa Maria, de Belo Horizonte, sendo diagnosticada com “mal comicial” (epilepsia). Seria o início de uma trajetória de internações que culminariam no assassinato cometido em 11 de abril de 1972, na Clínica de Saúde Dr. Eiras, em Botafogo, sendo interditada pela Justiça em 1974. Maura Lopes Cançado morreu em 1993, aos 64 anos.

Os diários de Maura: resistência e denúncia

A escrita de Maura Lopes Cançado pode ser pensada como local de resistência uma vez que a voz e a expressão dessa mulher – desquitada e louca – rompe as barreiras do mutismo e da paralisia impostas aos sujeitos consideradas degenerados. Além disso, a potência enunciativa de Maura encontra-se no conjunto que enquadra toda a sua obra: o seu lugar de fala – marginalizado e excluído do cânone; a mensagem que transmite – fundindo subjetivismo e crítica social; e o trabalho formal – expresso por meio de deslocamentos constante das palavras, ou seja, da língua.

Os dois primeiros aspectos, o seu lugar de fala e a mensagem de denúncia que expressa, elencam seu discurso ao que Antonio Candido (2004) destaca em “Direito à

literatura” como a posição firmada pelo autor, ou seja, como o aspecto engajado do texto:

(...) devemos lembrar que além do conhecimento por assim dizer latente, que provém da organização das emoções e da visão do mundo, há na literatura níveis de conhecimento intencional, isto é, planejados pelo autor (...). Estes níveis são os que chamam imediatamente a atenção e é neles que o autor injeta as suas intenções de propaganda, ideologia, crença, revolta, adesão etc. (...). Nestes casos a literatura satisfaz, em outro nível, à necessidade de conhecer os sentimentos e a sociedade, ajudando-nos a tomar posições em face deles. É aí que se situa a *literatura social*, na qual pensamos quase exclusivamente quando se trata de uma realidade tão política e humanitária quanto a dos direitos humanos, que partem de uma análise do universo social e procuram retificar as suas iniquidades (CANDIDO, 2004, p. 180).

Nesse sentido, Candido (2004) aponta alguns aspectos da produção literária em que autores buscam assumir um posicionamento crítico em torno dos problemas, exemplificando por meio do romance humanitário e social do começo do século XIX, o qual surgira como resposta da literatura ao impacto da industrialização promotora da concentração urbana em larga escala e responsável por novas e terríveis formas de miséria:

Assim, o pobre entra de fato e de vez na literatura como tema importante, tratado com dignidade, não mais como delinquente, personagem cômico ou pitoresco. Enquanto de um lado o operário começava a se organizar para a grande luta secular na defesa de seus direitos ao mínimo necessário, de outro lado os escritores começavam a perceber a realidade desses direitos, iniciando pela narrativa da sua vida, suas quedas, seus triunfos, sua realidade desconhecida pelas classes bem aquinhoadas (...).

Ali pelos anos de 1820-1830 nós vemos o aparecimento de um romance social (...) focalizando o pobre como tema literário importante (CANDIDO, 2004, p. 182-183).

Assim, ao se pensar em inclusão, em um “direito à literatura”, deve-se ter em mente o lugar de representação a que os sujeitos estão inseridos – uma vez que o direito à literatura não se restringe apenas ao acesso à literatura aos destituídos de cultura (ou, mais gravemente, do mundo letrado). E esse lugar de representação, por seu turno, não deve se restringir ao dualismo de classes. Ele deve abranger também a múltipla diversidade de segmentos sociais que estiveram fora de foco do cânone literário por longo tempo. Deve-se trazer à tona as vozes silenciadas dos perdedores (seguindo o ponto de vista benjaminiano), dos excluídos, dos marginalizados – das mulheres, dos loucos, dos homossexuais, das prostitutas, entre outros grupos que hoje alargaram o espaços – brechas, mais precisamente – da representação, espaço esse em permanente luta por consolidação, por legitimação.

Nesse sentido, o texto de Maura aborda uma individualidade marginalizada e traz para o horizonte de representação o discurso em desvio. Esse desvio vai além da mensagem de denúncia contida em seu relato, encontra-se também na estruturação textual, a qual prima pelo deslocamento da linguagem. O trabalho de deslocamento que a escritora exerce sobre a língua estabelece um tom poético que se acerca do universo subjetivo próprio à loucura.

O discurso de Maura, portanto, é dotado de potência revolucionária (ou de contestação) porque desestabiliza os discursos hegemônicos em diversos sentidos. Primeiramente, ela contesta o poder psiquiátrico ao romper com a camisa de força e a mordada imposta àqueles que, como ela, são calados, contidos e homogeneizados. Nesse sentido, ela se configura como testemunha e porta-voz de dois segmentos de excluídos socialmente: os loucos e as mulheres. Em segundo lugar, a mensagem que transmite apresenta também aspecto dual: de um lado, está imersa em subjetivismo, ela fala de si, de sua inquietude e dor particulares; de outro lado, expõe o horror a que os internos de instituições psiquiátricas foram/estão submetidos. Para mais, Maura faz literatura, literatura repleta de literariedade – no sentido almejado por Jakobson.

Além disso, a obra de Maura (tanto em *Hospício é Deus*, quanto em *Sofredor do Ver*) aproxima-se do que Roland Barthes defende em *Aula* – fala proferida na Aula Inaugural da Cadeira de Semiologia Literária do Colégio de França, no dia 7 de janeiro de 1977. Barthes (sd) destaca que o poder está entranhado em todo e qualquer discurso, mesmo quando parte de um lugar fora do poder. A partir dessa acepção, presume-se que a realidade empírica está irredutivelmente associada à sua concepção representacional, ou seja, a vida é construída por discursos. Todo ato ou pensamento dos indivíduos passam por representações, são orquestrados por enunciados. Esses, por sua vez, constituem-se como mecanismos de poder. O filósofo francês enfatiza que o poder não é uno e que não se pode pensá-lo por meio da dicotomia: “de um lado, aqueles que o têm, de outro, aqueles que não o têm”. O poder, segundo ele, seria multifacetário:

[...] se o poder fosse plural, como os demônios? “Meu nome é Legião”, poderia ele dizer: por toda parte, de todos os lados, chefes, aparelhos, maciços ou minúsculos, grupos de opressão ou de pressão: por toda parte, vozes “autorizadas”, que se autorizam a fazer ouvir o discurso de todo poder: o discurso da arrogância. (BARTHES, sd, p. 5-6).

Segundo Barthes (sd, p. 6-7), o poder está inscrito na linguagem, “sua expressão obrigatória é a língua”. Essa, como prática ativa de toda linguagem, para além de impedir a expressão, impõe o dizer e, com isso, encontra-se “a serviço do poder”. O modo de burlar essa sujeição insere-se em uma “revolução permanente da linguagem”, isto é, através da literatura: “é no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada: não pela mensagem, mas pelo jogo de palavras de que ela é teatro” (BARTHES, sd, p. 8).

A obra de Maura pauta-se pelo desvio da linguagem, pelos jogos semânticos, pela expressão conotativa, polissêmica e ambígua, portanto, versa-se em torno de uma rede metafórica; aspectos que lhe conferiram – segundo a compreensão da época – valor literário. A composição de sua malha textual, por conseguinte, elenca elementos fundamentais tanto concernentes à compreensão de mundo, portanto, de ordem externa à narrativa; quanto no tocante ao teor formal, ou seja, da ordem interna ao texto.

À parte isso, a autora demonstra sua perspectiva da instituição manicomial e do sujeito nela encarcerado pela óptica do “diário pessoal”. Em *O Hospício é Deus* têm-se uma narrativa em primeira pessoa, em que a realidade – parcial, porque unidimensional – é exposta pelo “outro lado dos muros” do hospício. Por fim, a linguagem segmentada por datas, própria ao gênero, apresenta a loucura, mas não submete a narrativa à uma fragmentação total que a tire do solo firme. Ou seja, a vertigem da linguagem não transpõe a sua função comunicativa, ela se mantém no entremeio que a separa do banal, mas que também a distingue do absurdo.

O Diário I: a escrita em confinamento manicomial

Hospício é Deus compõe-se de dois momentos: uma pequena apresentação da vida de Maura até os dezoito anos e o longo relato de sua terceira internação – permeada por idas e vindas memorialísticas – no Hospital Gustavo Riedel (pertencente ao Centro Psiquiátrico Nacional do Engenho de Dentro, Rio de Janeiro), onde foi internada doze vezes, sem contar a passagem por outras instituições. O diário inicia em 25 de outubro de 1959 e termina em sete de março de 1960.

Maura publicou e teve seu trabalho reconhecido não apenas pela qualidade do texto, mas também porque travou conhecimento com alguns dos intelectuais cariocas do período, tais como Reynaldo Jardim, Carlos Heitor Cony, Ferreira Gullar e Assis Brasil. No início, Maura escreve por necessidade de expressar seus sentimentos, assim como para dar a ver as contrariedades observadas:

Aqui estou de novo nesta “cidade triste”, é daqui que escrevo. Não sei se rasgarei estas páginas, se as darei ao médico, se as guardarei para serem lidas mais tarde. Não sei se têm algum valor. Ignoro se tenho algum valor, ainda no sofrimento. Sou uma que veio voluntariamente para esta cidade – talvez seja a única diferença. Com o que escrevo poderia mandar aos “que não sabem” uma mensagem do nosso mundo sombrio. Dizem que escrevo bem. Não sei. Muitas internas escrevem. O que escrevem não chega a ninguém (p. 30, 31).

Posteriormente abre-se para ela a possibilidade – por intermédio de Reynaldo Jardim – de tornar o diário público: “19-11-1959 - Reynaldo sugeriu-me escrever um diário. Respondi que já registro todas as minhas impressões. Ele gostaria de publicar o diário no jornal” (p. 61).

A obra, além disso, propõe constantemente discussões e reflexões tais como: o que é normalidade? Quem pode julgar e impor rótulos que excluem e apartam socialmente? Para mais, Maura apresenta e questiona a indistinção que o uniforme impõe e, ao mesmo tempo, grita em cada linha a diferença que torna únicas as internas, distinção afirmada em sua subjetividade e na observação empática de suas colegas. A denúncia da realidade intramuros ecoa na voz de Maura, atravessa o paredão cinzento e busca sintonia/benevolência para além do tempo e da alienação, do espaço e do cerceamento. Ela clama pelo leitor:

1º-2-1960

Fizeram muros altos, cinzentos

(...) Neste hospital os muros não são cinzentos, brancos. (...) A realidade é o pátio. (...) A toda a família é tolerável e até confortável visitar o túmulo de um parente. Mas é proibido entrar no pátio de um hospício.

[...]“Meu Deus!” (Alguém deve gritar) As vezes uma voz supera as outras: pragas, maldições, revolta: “Por quem sois, levai-me” (para onde? como? a quem?). Das sete da manhã às seis da tarde o pátio existe, sufoca, mata, oprime.

[...] PÁTIOOOOOOOOOOOO.

Não continuarei. Sairei louca gritando. Até quando haverá pátios? Mulheres nuas, mulheres vestidas – mulheres. Estando no pátio não faz diferença. Mas esta mulher, rasgada, muda, estranha, um dia terá sido beijada. (...) Não aceito nem compreendo a loucura. Parece-me que toda a humanidade é responsável pela doença mental de cada indivíduo. Só a humanidade toda evitaria a loucura de cada um. Que fazer para que todos lutem contra isso? Não acho que os

médicos devam conservar ocultos os pátios dos hospícios. Opto pelo contrário; só assim as pessoas conheceriam a realidade, lutando contra ela. ENTRADA FRANCA AOS VISITANTES: não terá você, com seu indiferentismo, egoísmo, colaborado para isto? (p. 158-160).

Maura com seu brado/clamor atravessa muros, silêncios, descasos, passividade. Ela rompe o branco cinzento – embotado pelo tempo – da camisa-de-força e dos papéis sociais. A autora de *Hospício é Deus* e *Sofredor do Ver* se faz ouvir, anseia desregular as amarras de poder e de opressão para, com isso, estremecer a estabilidade do mundo patriarcal, masculino, racional e normatizado. Sua obra, consequentemente, extrapola a subjetividade, tornando-se potência política.

REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. *Holocausto brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

BARTHES, Roland. *Aula*. [AULA INAUGURAL DA CADEIRA DE SEMIOLOGIA LITERÁRIA DO COLÉGIO DE FRANÇA – pronunciada dia 7 de janeiro de 1977]. São Paulo: Editora Cultrix, s.d. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3738921/mod_resource/content/1/BARTHES_Roland_-_Aula.pdf. Acesso em: 11 junho, 2019.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.

CANÇADO, Maura Lopes. *Hospício é Deus*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CUSTÓDIO, Márcia Moreira. *A escrita de Maura Lopes Cançado*: Um contraponto com a (des)articulação da linguagem do louco. Tese (Doutorado em Letras) -- Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Invenção da histeria. Charcot e a iconografia fotográfica da Salpêtrière*. Rio de Janeiro, Contraponto Editora, 2015.

ENGEL, M. Psiquiatria e feminilidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

FACCHINNETTI, Cristina. As insanas do Hospício Nacional de Alienados. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, p. 231-242, Jun. 2008. Suplemento. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000500012. Acesso: 11 junho, 2019.

FREUD, Sigmund. Sobre a sexualidade feminina. In: _____. *O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 371-398.

FREUD, Sigmund. A dissolução do Complexo de Édipo. In: _____. *O Eu e o Id, Autobiografia e outros textos (1923 - 1925)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 371-398. p. 203-213.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HUNT, Lyn. *A invenção dos direitos humanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LAIMARE, Ria. Repensando a história literária. In.: HOLLANDA, Heloisa (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 58-71.

LIMA, Daniela. *Aproximações entre o movimento feminista e o antimanicomial*. Blog Boitempo, 12 janeiro, 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/01/12/aproximacoes-entre-movimento-feminista-e-antimanicomial/>. Acesso em: 11 junho, 2019.

PERROT, M. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

ROITH, Estelle. *O enigma de Freud: influências judaicas em sua teoria sobre a sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, 1989.

SCHMIDT, R. T. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 2006. p. 765-799.

Christini Roman de Lima é graduada em Comunicação Social (Jornalismo) pela Universidade de Passo Fundo (UPF). É Mestre e Doutora em Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Desenvolve pesquisas nas áreas de Literatura Brasileira e Portuguesa, atuando em torno das temáticas do feminino, da guerra, do trauma e da violência (entre outros).

Pablo Merlo Medeiros é Médico Psiquiatra, preceptor da residência médica em psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Conceição e Especialista em preceptoria médica pelo Hospital Alemão Oswaldo Cruz.